

ESTADO DE 16 OUT 1983 *Dinheiro* Maior a preocupação dos banqueiros

NOVA YORK — Os grandes banqueiros norte-americanos estão cada vez mais angustiados diante do endividamento do Terceiro Mundo, do crescimento do poder de negociação dos países em desenvolvimento e da relutância do Congresso dos Estados Unidos em aprovar um aumento dos recursos do Fundo Monetário Internacional, segundo a opinião de diversos observadores financeiros.

Esse assunto vem sendo debatido diariamente entre os especialistas e nos editoriais da imprensa, que refletem a preocupação do sistema bancário ante a possibilidade de que os países fortemente endividados se declarem sucessivamente em situação de cessação de pagamentos, o que colocaria em perigo a estabilidade dos grandes bancos norte-americanos, cujos empréstimos ao Terceiro Mundo representam o triplo da soma de seus capitais.

A maior preocupação resulta de dois fatos, segundo as fontes do sistema financeiro: é cada vez mais evidente que o problema está-se revelando maior do que as medidas adotadas para resolvê-lo, e por outro lado, elas não chegam a se concretizar definitivamente. As soluções temporárias utilizadas até agora têm compreendido "pacotes" de ajustes negociados com o Fundo Monetário Internacional, em combinação com novos créditos dos bancos privados, do próprio FMI e de alguns governos,

além da reprogramação dos vencimentos.

Esses programas baseiam-se na esperança de que ajustes econômicos e a recuperação da economia mundial permitam aos países devedores aumentar suas exportações, ao mesmo tempo que essas nações podem reduzir seus pedidos no prazo de seis a oito anos.

COFRES VAZIOS

Mas o volume de recursos que deveria ser empregado nesse esforço deixou o FMI com os cofres vazios este ano. O Fundo se comprometeu este ano a realizar empréstimos de US\$ 4,1 bilhões, mas não tem essa quantia disponível e, segundo Jacques de Larosière, seu diretor-gerente, o déficit da entidade chegará a US\$ 6 bilhões em 31 de dezembro.

Esse problema foi previsto já em fevereiro, quando o capital do FMI aumentou 47,5%, passando de US\$ 66 bilhões para US\$ 98,5 bilhões. Nessa ocasião, decidiu-se também ampliar o fundo de emergência (conhecido como Acordo Geral de Empréstimos) de US\$ 7 bilhões para US\$ 17 bilhões.

No entanto, o Congresso dos Estados Unidos recusou-se a aprovar uma ampliação da ajuda ao FMI no total de US\$ 8,4 bilhões. Além disso, só 50 dos 146 membros do Fundo — representando apenas 29,2% das cotas — ratificaram aumento das contribuições, enquanto vários países desenvolvidos esperam uma definição dos Estados Unidos para confirmar a elevação de suas cotas.

Sem esses recursos, o FMI não conseguirá desempenhar o papel central de ajuda aos endividados, como vinha fazendo, para evitar um pedido coletivo de suspensão dos pagamentos.

Mas os bancos — e com eles muitos governos — temem que os recursos do FMI continuem sendo insuficientes, enquanto o presidente

Ronald Reagan consiga convencer o Congresso para que aprove a cota dos Estados Unidos.

Outros organismos estão contribuindo para ajudar a tapar as brechas — o Eximbank ofereceu ao México e ao Brasil US\$ 2 bilhões para financiar as importações, permitindo a esses países a liberação de recursos para pagar o serviço de suas dívidas.

Mas não é somente uma questão de dinheiro, mas também que a dinâmica política está-se movimentando em uma direção pouco promissora, disse Paul Craig Roberts, economista político do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, em Washington.

Um dos fatores mais preocupantes é a mudança de atitude dos países devedores, uma vez que o FMI, o Departamento do Tesouro dos EUA, o Banco de Compensações Internacionais e outras instituições multilaterais intervenham em suas relações com os credores.

A participação destes "terceiros de prestígio" permite aos devedores deixar de ver suas dívidas como obrigações contratuais privadas e começar a observá-las como algo sujeito à política e à diplomacia internacional, disse Roberts.

O analista faz ver que as situações internas dos países endividados começaram a ter um papel que pode conduzir ao enfraquecimento da continuidade dos empréstimos do FMI — que teria de aumentar as pressões que exerce sobre os bancos.

Em um estudo semelhante, o Instituto de Economia Internacional de Washington diz que a subordinação dos bancos ao FMI começou a partir do momento em que o Fundo deixou claro que não aprovaria os empréstimos ao Brasil ou México a menos que os banqueiros se comprometessem com novos créditos e com o reescalonamento das dívidas desses países.